



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Questões Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social

Sub-Eixo: Ênfase em Questão Ambiental

CAPITALISMO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UMA FALHA METABÓLICA

Antonia Marina de Jesus Oliveira¹

Jackeline da Silva Moura²

Valdim de Moura Sobrinho Junior³

Resumo: Este ensaio se propõe a discutir a contraditória relação entre capitalismo e desenvolvimento sustentável e conseqüentemente seus impactos na questão ambiental. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, revisando teóricos como Marini (1973), Marx (2005; 2011), Netto (2009) e Silva (2008). Inferimos que apenas a superação do Modo de Produção vigente seria capaz de dirimir a questão ambiental.

Palavras-chave: Capitalismo. Desenvolvimento Sustentável. Questão Ambiental.

Abstract: This essay proposes to discuss the contradictory relationship between capitalism and sustainable development and consequently its impacts on the environmental issue. It is a bibliographical research, revising theoreticians such as Marini (1973), Marx (2005; 2011), Netto (2009) and Silva (2008) infer that only the overcoming of the current Production Mode would be able to solve the environmental issue.

Keywords: Capitalism. Sustainable development. Environmental Issues.

INTRODUÇÃO

O presente artigo se propõe a discutir a correlação existente entre a ascensão capitalista e a degradação ambiental a partir da contradição inerente ao processo de acumulação capitalista e os Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU), na agenda 2030.

O conceito de desenvolvimento sustentável surgiu com o nome de eco desenvolvimento nos anos 1970, compreendo um esforço para as discussões existentes entre desenvolvimentistas e os defensores do crescimento zero. Desse modo, em 1972, na Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano realizada na cidade de Estocolmo, observou-se que as questões ambientais faziam parte da agenda política e econômica em diferentes países. É possível identificar que a diferença no desenvolvimento

¹ Estudante de Graduação, Instituto de Educação Superior Raimundo Sá, E-mail: marinaoliveira1098@gmail.com.

² Estudante de Pós-Graduação, Universidade Federal do Piauí/ Instituto de Educação Superior Raimundo Sá, E-mail: marinaoliveira1098@gmail.com.

³ Estudante de Graduação, Instituto de Educação Superior Raimundo Sá, E-mail: marinaoliveira1098@gmail.com.

dos países sempre esteve presente nos debates da Organização das Nações Unidas (ONU), que com os países membros se comprometeram na realização de medidas inovadoras para a garantia desse desenvolvimento, o que engloba diferentes aspectos.

Pensando na inconciliável relação entre superprodução e consumismo exacerbado propostos pela sociabilidade Capitalista que torna as desigualdades sociais inerentes a sua dinâmica, o presente texto parte da seguinte pergunta: Como equacionar o crescimento econômico, o desenvolvimento sustentável e o processo de depredação capitalista?

Com vistas a responder à questão supracitada, este ensaio tem como objetivo discutir as implicações do processo de desenvolvimento capitalista e o seu impacto ambiental. Desse modo, o itinerário metodológico desenvolvido para a sua construção partiu principalmente: de uma pesquisa bibliográfica, definindo as questões-chaves para a discussão proposta, encontrando-se dividido em: As contradições do modo de produção capitalista e a questão ambiental e Desigualdade, subdesenvolvimento latino-americano e questão ambiental, valendo-se para tal do uso de pesquisa quantitativa com dados estatísticos de órgãos oficiais, tal qual revisão bibliográfica de autores que debatem a temática.

1 AS CONTRADIÇÕES DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA E A QUESTÃO AMBIENTAL

O capitalismo é um sistema assentado em contradições e que transforma constantemente todo o contexto ao qual faz parte, cujos antagonismos são inerentes a tal sociabilidade. Analisando as particularidades histórico-culturais, a questão ambiental faz parte dos processos de investidas capitalista, em que a cada crise, o capitalismo se reinventa demudando os aspectos populacionais e ambientais.

As crises são inerentes a este modo de produção. Se observado em termos históricos, foi ainda em sua gênese, na fase mercantil, que houve uma de suas primeiras crises, acarretada por uma série de doenças que dizimou uma vasta parcela da população europeia, tais conseqüências induziram à procura de novos mercados produtores e consumidores. Marx e Engels (2005) salientam “Impelida pela necessidade de mercados sempre novos, a burguesia invade todo o globo terrestre. Necessita estabelecer-se em toda parte, explorar em toda parte, criar vínculos em toda parte” (MARX & ENGELS, 2005, p. 43).

As problemáticas ambientais e sociais se intensificam a partir de cada nova crise do capital. A partir do século XVIII, com a primeira Revolução Industrial, houve o processo de intervenção humana na natureza, ampliando a problemática ambiental. Diferentemente de outros modos de produção, a produção no capitalismo ocorreu como nunca visto em modos

anteriores, utilizando a terra de forma sistemática. No entanto, como salientou Netto (2009, p. 207),

A pobreza crescia em proporção direta em que aumentava a capacidade de produzir riquezas, ocorreu um fato nunca visto anteriormente, uma vasta parcela da população vivia em estado de pauperismo⁴, no entanto se produzia em massa, sendo este o início do antagonismo das classes⁵.

Concomitantemente, foi nesse período que encetou de forma acelerada a exploração do espaço e dos recursos disponíveis, acarretando uma ampliação exacerbada na liberação de emissões de carbono na atmosfera, por meio da queima de combustíveis fósseis para a produção de energia em larga escala. Destarte, utilizou-se o carvão mineral, mas com a necessidade de produção aumentando gradativamente exigindo a necessidade de novas matérias energéticas que suprissem a demanda do modo de produção capitalista (MPC), como o petróleo e o gás natural.

No século XX, a partir da Segunda Guerra Mundial, o mundo se dividiu em dois blocos econômicos e ideológicos distintos: de um lado, países do bloco capitalista liderados pelos Estados Unidos da América, do outro o bloco de países socialistas intitulado de União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). A luta pela hegemonia política, econômica e militar no mundo, não se deu de forma bélica, levando em consideração que havia uma grande quantidade de armas nucleares que acarretaria em uma mútua destruição, de outras formas a guerra ideológica se deu no âmbito tecnológico, como pela produção de foguetes e satélites, ambas as potências aumentaram também seus potenciais bélicos e suas reservas de armas químicas e nucleares.

Ao buscar se tornar uma potência hegemônica tal como superar a crise do petróleo posto a partir de 1970, o capitalismo teve de se reinventar, com os Estados Unidos da América se consolidando a partir de 1969 como vencedor da corrida espacial, ele continuou revolucionando o meio tecnológico (Breda, 2011). Pode-se inferir ter sido a partir de 1970 que principiou a revolução técnico-científico-informacional ou Terceira Revolução Industrial, propiciando uma evolução no campo da informática, robótica, telecomunicação, química, utilizando-se de novos materiais, biotecnologia, engenharia genética, entre muitos outros, propiciando o incremento da globalização.

O nascimento da internet em 1969 e dos computadores pessoais na década de 1970, impulsionaram novos padrões de vida e de consumo baseados na fetichização do capital, moldados por uma indústria publicitária que incute a necessidade de consumir, induzindo gradativamente as pessoas ao insustentável abismo consumista.

⁴ Pauperismo: Estado de absoluta pobreza, miséria.

⁵ Antagonismo de classes: fenômeno social e histórico, dividido entre classes que competem diante de interesses socioeconômicos.

A globalização acentuada nesse mesmo período resultou em novos modelos de consumo sem precedentes, visando moldar a imagem do capitalismo como um sistema baseado na liberdade e na oportunidade de mobilidade social em seus próprios méritos, a partir de uma “meritocracia”, levando a uma alienação da parcela populacional em estado de vulnerabilidade social, dirimindo a possibilidade de revoltas contra o sistema.

Esse consumismo exacerbado tal como a redução da biodiversidade, resultou em uma série de impactos irreversíveis, como mostram estudos feitos pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), o aumento da emissão de gás carbônico, o desflorestamento, as queimadas, a poluição de aquíferos, a falta de tratamento aos dejetos produzidos, o uso desmedido e irresponsável dos recursos naturais que acarretou em um aquecimento na temperatura global, tal como na elevação do nível do mar, inundando áreas costeiras, arquipélagos e ilhas, as problemáticas são percebidas também na desertificação de áreas que até pouco tempo apresentavam biomas, assim como o derretimento das calotas polares, e o desequilíbrio do ambiente natural, que resulta na extinção de habitats e espécies de animais e plantas.

Ao perceber os impactos gerados a partir do processo de acumulação capitalista, a ONU criou, durante a Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável em setembro de 2015, os ODS, que culminaram na agenda 2030 aqui debatida. Os objetivos propostos visam ao desenvolvimento sustentável, a partir das premissas de desenvolvimento social, econômico e ambiental. Para sua concretização, um conjunto de 169 metas foi então estabelecido para que tais objetivos sejam alcançados, em âmbito regional para que haja uma melhor efetivação dessas propostas.

Esta Agenda é um plano de ação para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade. Ela também busca fortalecer a paz universal com mais liberdade. Reconhecemos que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável (AGENDA 2030, 2018, s/p).

Desse modo, nos tópicos seguintes serão problematizadas a relação entre a desigualdade inerente ao processo de formação capitalista e as implicações decorrentes do processo de formação social capitalista.

2 DESIGUALDADE, SUBDESENVOLVIMENTO LATINO-AMERICANO E QUESTÃO AMBIENTAL

Revisando Marx em “O Capital” (2011), percebe-se que acumulação primitiva do capital se deu quando o trabalhador foi expropriado dos seus meios de produção, restando apenas sua força de trabalho para subsistência. Nesses moldes, a propriedade privada é a

raiz da luta de classes, dividindo a sociedade entre burgueses e proletários, os proprietários e não proprietários dos meios de produção. Esse processo de expropriação foi situado em momentos históricos, associados ao processo de constituição e consolidação do modo de produção capitalista em sua gênese.

Ao apropriar-se dos seus meios de consumo, o trabalhador estaria à mercê do salário advindo do burguês, tendo este sempre um exército industrial de reserva, mantendo os custos de manutenção básica dos trabalhadores sempre no mínimo apenas para sua subsistência, controla-se assim o nível dos salários baixos, tal como ambientes de trabalhos insalubres, como salientam Marx e Engels no manifesto comunista de 1848.

O operário torna-se um simples apêndice da máquina e dele só se requer o manejo mais simples, mais monótono, mais fácil de aprender. Desse modo, o custo do operário se reduz, quase exclusivamente, aos meios de subsistência que lhe são necessários para viver e perpetuar sua espécie. Ora, o preço do trabalho, como de toda mercadoria, é igual ao seu custo de produção. Portanto, à medida que aumenta o caráter enfadonho do trabalho, decrescem os salários. Mais ainda, na mesma medida em que aumenta a maquinaria e a divisão do trabalho, sobe também a quantidade de trabalho, quer pelo aumento de trabalho exigido num determinado tempo, quer pela aceleração do movimento de máquinas etc. (MARX; ENGELS 2010, p.46).

A ONU por meio dos ODS busca dirimir as desigualdades no globo por meio de seus 17 objetivos. Contudo, se analisarmos a produção e reprodução do sistema capitalista ao longo da história, percebemos que esse se assenta em profundas desigualdades econômicas e sociais. Como aponta Marx no Manifesto Comunista de 1848, identificamos que o capitalismo é um sistema perceptivelmente excludente e desigual.

Percebem-se momentos de expansão, nos quais uma parcela geral da população ascende socialmente, seguidos por recessão e contração, períodos em que a economia se traveste em crises, sofridas principalmente pelas parcelas mais vulneráveis da população e em seguida a revitalização, época quando se tenta reconstruir seu período de expansão, é um ciclo incessante e constante, basta se observar o recorte histórico de crises, desde 1929 até os dias atuais, passando por uma das maiores crises globais em 2008. Desse modo a sustentabilidade social, econômica e ambiental ainda é uma meta que se vislumbra utópica⁶.

Como salientado por Gaspar (2015), a partir da segunda guerra mundial os países se reuniram em conferências tentando apaziguar os problemas sociais, para que não houvesse uma reprodução das barbaridades acontecidas. Desse modo, foi criada a Organização das Nações Unidas (ONU) em 1945, um órgão que visa à paz entre as nações. Com o objetivo de dirimir as desigualdades econômicas e sociais dos países latino-americanos, foi criada a

⁶ Utópico: No sentido geral, o termo é usado para denominar construções imaginárias de sociedades perfeitas, de acordo com os princípios filosóficos de seus idealizadores. No sentido mais limitado, significa toda doutrina social que aspira a uma transformação da ordem social existente, de acordo com os interesses de determinados grupos ou classes sociais

Comissão Econômica para América Latina (CEPAL), visando explicar e superar o subdesenvolvimento. Todavia, as primeiras conclusões cepalinas tornaram-se genéricas analisando o subdesenvolvimento latino-americano a partir da ótica do capitalismo tardio, reduzindo sua problemática à falta de industrialização.

Em contraponto a essas análises, a corrente de pensamento intitulada Dialética da Dependência, que tem como precursor o teórico marxista Ruy Mauro Marini, explica de forma mais ampla o subdesenvolvimento latino-americano, principalmente como um capitalismo *sui generis*⁷. No Brasil, Prado Júnior apud Santos (2012, p.55), explica que “o Brasil sempre foi visto pela metrópole como um fornecedor de artigos de exportação, na forma de matéria-prima.”

Marini (2011) explicita as relações na América Latina como inerentemente subordinadas às suas metrópoles, tornando-se parte estruturalmente fundamental na nova divisão internacional do trabalho. Assim, o Brasil passou a ter um papel crucial ao facilitar o deslocamento na acumulação da economia industrial, com a inclusão dos países coloniais na produção de bens primários (alimentos, minerais puros, dentre outros).

Essa relação de subordinação é essencialmente desigual, considerando a diferença de valor de custo dos materiais produzidos: os bens primários são conseqüentemente mais baratos. Entretanto há uma agregação de valor ao serem manufaturadas pela indústria e por conseguinte, a balança será sempre desigual para os países subdesenvolvidos. Conforme Marini (2011, p.135), “as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência”.

Posto isso, hodiernamente ainda se percebe a reprodução do exposto, com conseqüências incisivas na questão ambiental brasileira. No âmbito econômico empresas transnacionais procuram países com leis ambientais flexíveis e que apresentam um alto índice de impunidade. Segundo o Instituto do Homem e Meio Ambiente e da Amazônia – Imazon, “A impunidade de Infratores Ambientais em Áreas Protegidas da Amazônia”, com espaço amostral de 34 processos de crimes ambientais no Ibama, verifica-se que apenas 3% destes foram concluídos e 70% seguem em fase de análise, salientando dois dos maiores casos de destruição ambiental no Brasil, o caso de Mariana e o de Brumadinho, ambos cometidos pela mesma empresa.

Os problemas ambientais estão incisivamente ligados à questão exploratória por países desenvolvidos, tendo relação direta com o fato de que, mesmo após mais de 150 anos de emancipação brasileira, continua-se a ser um dos países que tem como bens primários seus principais produtos de exportação. Segundo relatório da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), o agronegócio e a pecuária representaram 23,5% do

⁷ *Sui generis*: O termo é usado para referir-se à particularidade/singularidade do capitalismo no Brasil, considerando que este é singular no país.

PIB brasileiro em 2017, representando a sua principal base de exportação; levando em consideração a grande necessidade de terras para esse setor, temos um grande número de matas desmatadas, como apresentado pelo Relatório do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), que reporta que, dos anos de 1990 a 2015, mais de 55 mil hectares de florestas foram desmatadas no Brasil.

Segundo o Portal Terra (2012), dados coletados do Fundo Mundial para a Natureza (WWF) de 1970 a 2008 mostram a biodiversidade no mundo reduzida em 30%, sendo que 60% desta perda foi registrada em países muito pouco desenvolvidos, como relatado no trecho abaixo:

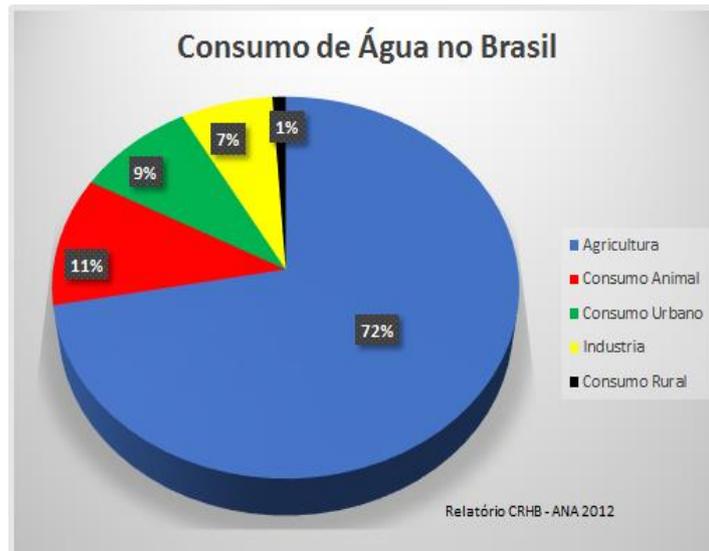
Em média, os países ricos causam cinco vezes mais impactos que os menos desenvolvidos. Mas as maiores taxas de perda de biodiversidade são registradas nos países mais pobres – um fato que, segundo o relatório, prova que os subdesenvolvidos "subsidiaram o estilo de vida dos países ricos". (TERRA, 2012)

Contudo, no Brasil, os problemas ecológicos são ainda mais graves se considerarmos os problemas ambientais causados pela indústria do agronegócio em cada bioma. Segundo a conservação ambiental, o cerrado, a nova fronteira agrícola, foi o que mais sofreu com o desmatamento para o agronegócio, perdendo cerca de 60% de sua mata original, suas terras são utilizadas para o plantio de soja, milho, algodão e para a pecuária em larga escala. Concomitantemente, a caatinga, um dos biomas brasileiros que mais apresenta probabilidade de desertificação, tem sua mata destruída para a produção de carvão vegetal e lenha (principais matrizes energéticas da região).

O Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (PRODES) registrou entre agosto de 2017 e julho de 2018 um aumento no desmatamento da Amazônia em 13,7% em relação aos 12 meses anteriores, área correspondente a 7.900 km², sendo esta a maior taxa desde 2009. Já a Mata Atlântica, primeiro bioma a sofrer os impactos da colonização, tem, segundo a WWF, apenas 7% de suas matas originais e abriga cerca de 70% da população residente no país.

Nas últimas três décadas, os impactos ambientais e socioeconômicos no Pantanal foram acentuados. Segundo matéria da Embrapa, a expansão desordenada e rápida da agropecuária, tal como a utilização de pesadas cargas de agroquímicos, a exploração de diamantes e de ouro nos planaltos, com utilização intensiva de mercúrio, são responsáveis por profundas transformações regionais. Algumas delas vêm sendo avaliadas pela Embrapa Pantanal, como a contaminação de peixes e jacarés por mercúrio e diagnóstico dos principais pesticidas. A expansão das monoculturas e a pastagem em regiões do Sul, que apresenta o bioma pampa, também é um dos impactos que a indústria primária acarreta ao Brasil.

No Brasil a maior parte de consumo de água é destinada para a agricultura. Segundo relatório Agência Nacional de Águas (ANA), apenas 9% da água é destinada para o consumo humano, entretanto se equipararmos as políticas nacionais de diminuição de consumo de água percebe-se que as propagandas anunciam sempre um alto consumo de água pela população, mesmo que esse seja menor, se comparado ao consumo pela agricultura, pecuária e indústria seja ínfima, como abordado no relatório da CRHB abaixo.



Disponível em: <https://www.eosconsultores.com.br/consumo-e-desperdicio-de-agua/>
Data de Acesso: 23 de Junho de 2019

O Brasil é um país rico em recursos naturais como salientado anteriormente, entretanto teve a maior parte dos seus bens naturais expropriados pelo capitalismo, utilizados para a produção de bens importados para as nações desenvolvidas, em contrapartida essas exportam produtos tecnológicos de maior valor agregado, que na maioria das vezes teve suas peças produzidas em diferentes países por empresas transnacionais que visam políticas públicas ambientais e trabalhistas incipientes, como países da África, Ásia e da América Latina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Marx (1999) sintetiza a dinâmica proposta pela sociabilidade capitalista, tal como um sistema intrinsecamente fundamentado na acumulação de riquezas e bens. Como já exposto, tal dinâmica não permite o desenvolvimento sustentável considerando os aspectos ambientais, o super consumismo tal como a produção por excelência são necessários à manutenção de tal sociabilidade. Concomitantemente, ao estudarmos a relação de tal sociabilidade em suas contradições históricas, alinhamos, como expressado no texto, a

insustentabilidade de tal sistema, expressada pela opressão de países na subordinação de uma nação pela outra, tal como a sua propaganda de consumismo que aliena a todos os fazendo-os almejar um padrão de vida baseado em consumir. Entretanto concluímos que esse “padrão” de vida é insustentável, pois esse apenas molda uma parte da população a trabalhar, a produzir mais-valia, enquanto uma parte minoritária (burgueses) usufrui de tal padrão.

A insustentabilidade supracitada é dirimida também quando se avaliamos os problemas ambientais causados pelo MPC durante a história, essa produção que reverbera o consumismo, produziu durante séculos a retenção de lixo e gases poluentes, que encetou como nunca visto anteriormente demasiados problemas ecológicos no planeta. Ao perceberem a insustentabilidade do MPC, os países de centro não concluíram que deveriam resolver o problema por meio de mudar seus padrões consumistas, de outra maneira, tentam apaziguar os problemas ambientais por políticas destituindo às nações periféricas o cargo de abrandar tais problemáticas. Não deixando assim de poluir ou produzir, mas abrandando o insustentável problema ecológico, ao usar o discurso de cooperação entre as nações, dizem auxiliar economicamente países subdesenvolvidos e para além disso cooperar com a conservação global do clima e o Desenvolvimento Sustentável, no entanto essas medidas se mostram ainda insuficientes.

Neste artigo buscou-se analisar a inviabilidade da resolução dos problemas ambientais do mundo no sistema capitalista, ao depararmos com os ODS e essa sociabilidade intrinsecamente ligada aos antagonismos, percebe-se que é inviável e utópico o desenvolvimento sustentável de todas as nações nesse sistema de consumo e desigualdade. Como Silva (2008) analisa que há de forma irrevogável, uma diferença entre o desenvolvimento sustentável que o capital propaga e a sustentabilidade necessária para o desenvolvimento ambiental e social que necessitamos, sendo dessa forma desenvolvimento social e capitalismo antagonistas.

A questão social é inerente ao MPC, tal como a questão ambiental, desse modo, só haverá superação de tais questões quando sobressairmos tal sistema, conforme aponta Marx em *O capital* (1999), a questão social e, ousado dizer a questão ambiental, é inerente ao MPC, dessa forma não há superação dessas questões sem a supressão do capital. Concomitantemente, citamos Netto (2001), ao explicitar que não há nenhuma garantia que apenas a superação do capitalismo, pelo comunismo irá garantir o desenvolvimento sustentável tão propalado, entretanto se estudarmos todo o nosso contexto social e ambiental perceberemos que é inviável continuarmos na ordem do capital. Entretanto, não basta apenas superarmos esse modo de produção, mas sim estudarmos toda a totalidade ao qual fazemos parte, para podermos de forma plena chegarmos a superação dos

problemas sociais, econômicos e ambientais de todas as nações, seja no modo de produção Comunista ou em outro que explique e aplique a igualdade social, capaz desse modo de levar a humanidade à emancipação social e dirimir os problemas ambientais causados durante séculos.

REFERÊNCIAS

- BREDA, D. M. **Revolução Científico-Técnica E Divisão Internacional do Trabalho**: elementos para a análise da dependência tecnológica na América Latina. Florianópolis. 2011.
- COLISTETE, R. P. **O Desenvolvimento Cepalino**: problemas teóricos e influências no Brasil. In: **Estudos Avançados**.
- MARINI, R. M. Dialética da dependência, 1973. In: TRASPADINI, R. e STEDILE, J.P. (orgs). Ruy Mauro Marini: vida e obra. São Paulo. Expressão Popular, 2011.
- MARX, K. H. & ENGELS, F. **Manifesto Comunista**. Editora Boitempo. 1º ed. 2005.
- MARX, K.H. **O Capital**. Editora Boitempo. 2º ed. São Paulo. 2011.
- MONTENEGRO, C. V. & MELO, M. C. Capitalismo e Questão Social. In: **Revista de Ciências Humanas e Sociais**, Maceió, v. 2, n.2 p. 13-24. Novembro de 2014
- NETTO, J. P. Cinco notas a propósito da “questão social. In: **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 7º ed. Editora Cortez. São Paulo. 2009.
- SANTOS, J. S. **Questão Social**: particularidades no Brasil. Editora Cortez. São Paulo; v.6. 2012.
- SILVA, M. G. **Capitalismo contemporâneo e "questão ambiental"**: uma análise sobre o conceito de Desenvolvimento Sustentável. UFPE. Recife. 2008.